

## Resumo

O presente artigo configura-se como proposta de discussão a partir de observações realizadas no Espaço Comum Luiz Estrela, parte do projeto sobre culturas na cidade de Belo Horizonte- MG, coordenado pela professora Sandra Tosta, aprovado pelo CNPq, fruto da parceria entre os Programas de Pós-Graduação da PUC-Minas e da EBA/UFMG, particularmente, entre os seus Grupos de Pesquisa, GIS, EDUC e EARTEC, intitulado *Culturas Urbanas: Georreferenciamento e Análise Cultural de Grupos Juvenis em sua relação com a Escola, as tecnologias e com a cidade de Belo Horizonte/MG-Brasil*. O projeto teve como objetivo georreferenciar os distintos grupos culturais urbanos que atuam no hipercentro da capital mineira, cujos objetivos foram: registrar, descrever e analisar os seus perfis, objetivos, possíveis propostas e relações estabelecidas com as escolas e seus projetos educativos. Na Etnografia realizada entre os anos de 2013 e 2016, além da pesquisa de campo com observação participante e registros audiovisuais e entrevistas, foi considerado, ainda, o georreferenciamento. No processo de coleta de dados escolhemos o Espaço Comum Luiz Estrela, como um dos espaços que convergem vários grupos representativos das expressões e intervenções culturais na cidade. Como parte dos resultados desse projeto foram organizadas etnografias de vários grupos organizativos do Espaço Comum Luiz Estrela que concentram vários grupos, ativistas e movimentos políticos, culturais e sociais da cidade de Belo Horizonte. A construção coletiva das etnografias foi um desafio constante enfrentado pelos pesquisadores e participantes, tanto na imersão no campo como nas discussões, organizações e sistematizações realizados dos dados. O tempo e espaço foram também desafiadores e determinantes de um processo de ensinar e aprender etnografar. Esses desafios foram a cada momento também se transformando em aprendizagens, sobretudo, das relações humanas e humanizadoras que perpassaram o processo de fazer etnografias coletivamente.

Palavras-chave; Etnografia, Culturas-urbanas.

## Introdução

Este trabalho tece considerações a partir de ações efetivadas no âmbito do projeto intitulado *Culturas Urbanas: Georreferenciamento e Análise Cultural de Grupos Juvenis em sua relação com a Escola, com as tecnologias e com a*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

*cidade de Belo Horizonte/MG-Brasil*, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, em parceria entre os Programas de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-Minas e da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais/EBA/UFMG, particularmente, entre os seus Grupos de Pesquisa: Tratamento da Informação Espacial/GIS, Educação e Culturas/EDUC e Ensino de Arte e Tecnologias Contemporâneas/EARTEC. A temática surgiu da necessidade de conhecer e compreender a relação dos grupos juvenis com a cidade, inicialmente, as conexões entre suas culturas e as relações estabelecidas com as escolas e seus projetos educativos, no EDUC. Já na construção do projeto foi identificada a carência de dados e mapeamentos desses grupos por parte dos órgãos públicos da cidade. Problematizado a questão e a partir da pesquisa exploratória realizada pelo EDUC, necessário se faz ampliar o campo epistemológico da pesquisa em função dos dados obtidos em relação ao mapeamento dos grupos e suas relações com a arte e com a tecnologia. A parceria entre o EDUC, GIS e EARTEC foi fundamental para a densidade da pesquisa.

Após a aprovação do Projeto pelo CNPq, o processo de formação do grupo de pesquisadores e participantes, leituras, seminários e participações em congressos, encontros e palestras sobre os modos de se fazer etnografia foram constantes. Tanto pelos pesquisadores mais experientes como para aqueles que estavam iniciando sua participação em pesquisa acadêmica. As tensões oriundas dessa relação foram fundamentais para a construção coletiva da etnografia. O campo foi desafiador em função da diversidade dos grupos juvenis localizados, da diversidade de experiência dos pesquisadores e dos participantes. A observação participante foi responsável, também, pela formação dos pesquisadores e participantes, na medida em que os registros eram socializados e problematizados pelos e com os pares nos encontros gerais dos grupos de pesquisa envolvidos, realizados quinzenalmente durante o período da pesquisa. A abertura ao novo e ao diferente foi fundamental para a construção dos conhecimentos dos modos de etnografar.

Esses encontros eram, também, espaços/tempos de aprofundamentos de questões oriundas do campo. Considera-se que o formato de roda de conversa

entre os pesquisadores e os integrantes dos movimentos e dos grupos culturais da cidade foi de grande valia para a pesquisa, por não se encerrar em perguntas e respostas, dando a oportunidade de todos exporem livremente suas ideias. Coube aos pesquisadores, então, identificar o lugar mais adequado para a observação participante.

Foi a partir das especificidades identificadas pelos pesquisadores e demais participantes que se elegeu Espaço Comum Luiz Estrela como o lócus da observação participante. No processo de coleta de dados, identificou-se que para o Espaço Comum Luiz Estrela convergiam vários grupos representativos das expressões e intervenções culturais na cidade. Diante dessa característica, foram pensadas e organizadas etnografias de vários grupos organizativos do Espaço Comum Luiz Estrela, que se apresentam como parte do resultado do projeto. Neste artigo discute-se questões referentes à etnografia da Reunião Geral, a partir de dados coletados nas observações participativas constituintes da pesquisa-ação realizada.

O Espaço Comum Luiz Estrela surgiu oficialmente no dia 26 de outubro de 2013 quando um grupo de ativistas de Belo Horizonte ocupou um casarão histórico de propriedade do governo estadual que estava abandonado há aproximadamente 19 anos, no tradicional bairro Santa Efigênia na capital mineira. O casarão foi sede do 1º Hospital Militar de Belo Horizonte (de 1913/1914 a 1947), do Hospital Psiquiátrico Infantil (de 1947 a 1979) e da Escola Estadual Yolanda Martins Silva, que funcionou no imóvel até 1994.

O prédio sofreu muito com o desgaste do tempo e o descaso do poder público - que nada fez para preservá-lo - e, em 1994, quando encerrou de vez as suas atividades, havia trincas, fissuras, manchas de umidade, formação de pátina biológica e crescimento vegetativo na fachada. Segundo o grupo de Patrimônio do Estrela, o telhado é a parte mais afetada, por essa razão ficou impedido por dois anos após a ocupação de circulação de pessoas. Houve um movimento de catarse realizado pelos ativistas para angariar fundos a fim de realizar as escoras para o teto não desabar definitivamente.

Os ativistas conseguiram uma reunião com então governador do Estado para reivindicar a recuperação e destinação do casarão para hospedar movimentos culturais de BH. Porém, o governador lhes devolveu a responsabilidade,

concedendo 20 anos de uso do local, incluindo as reformas, manutenção e atividades culturais, ou seja, em troca da ocupação um título de direito de uso por 20 anos.

Atualmente, os ativistas já conseguiram recuperar o teto e utilizar o casarão. Antes, conseguiram uma quadra do prédio também desativado ao lado, onde funcionou todas as atividades e construções do Espaço Comum Luiz Estrela.

Esses ativistas são pessoas que têm uma participação ativa e dinâmica de luta por um mundo melhor; são oriundos de movimentos sociais e culturais nas temáticas da mobilidade urbana, do direito à cidade e à moradia, alternativa à exploração do mercado de trabalho, alternativa à lógica da burocracia e outros movimentos similares. Tendo em vista essas atividades, nem sempre ocorriam as reuniões gerais, pois, muitas vezes, as pessoas estavam em vigílias nas ocupações, por exemplo.

Embora o Espaço Comum Luiz Estrela seja, ele mesmo, um espaço de convergência de movimentos sociais, a participação de seus integrantes em outros movimentos que não os do próprio espaço é comum, principalmente quando se trata de garantir espaços de moradia e de cultura.

Há que se considerar, em primeira instância, a importância das reuniões gerais para a comunidade que participa do Espaço Comum Luiz Estrela, que tem uma página no Facebook com uma agenda com o cronograma de ações com datas fixas, entre elas as datas da Reunião Geral. É interessante notar que essa é a maneira como o Espaço faz sua divulgação e como ele se comunica “oficialmente” com seus integrantes.

O que acontece, no entanto, é que nem sempre o cancelamento ou adiamento da Reunião Geral é comunicado pelo Facebook, o que pode vir a gerar incômodo em pessoas que querem ir conhecê-lo, por exemplo, uma vez que se dirigem até lá para saber mais de perto do que se trata aquele espaço, ou para conversar com seus frequentadores, e ao chegar não encontram as pessoas para falarem do Espaço ou conversarem sobre os movimentos em que atuam. Por vezes, o calendário não é atualizado na página do Facebook, o que indica que outras formas de comunicação também são utilizadas entre os participantes “permanentes” do Espaço, possivelmente aplicativos para conversas e mensagens via e-mail ou celular.

Além da Reunião Geral, acontecem reuniões de grupos específicos como, por exemplo, o Grupo de Restauração, o Núcleo de Teatro e o Grupo de Audiovisual. Há casos em que esses grupos fazem seus encontros em outros dias e horas que não os definidos na página do Facebook e em outros locais que não o Espaço Comum Luiz Estrela, em comum acordo entre seus membros. Se, por um lado, isso agiliza a troca de informações entre os membros de um determinado grupo, por outro lado não contribui para manter a comunidade toda informada de todas as ações, como é o ideal nesse tipo de organização social, que prima pela horizontalidade nas decisões. A concepção autogestionária e horizontal pressupõe diálogos e transparências nas ações, ou seja, todas as pessoas devem poder acompanhar os processos e movimentos de construção coletiva. E isso é essencial para que haja maior participação e envolvimento da comunidade nos movimentos do Espaço.

É uma tônica dos ativistas a participação em outros movimentos, além dos locais onde vivem, pois estão sempre imersos nas pautas de luta para um mundo melhor, mais humanizante e humanizado, com direito a ter direitos. Além de dar apoio aos participantes desses outros movimentos, acontecem intercâmbios de propostas de organização e de materiais de divulgação do que fazem, de resultados dos cursos e das ações efetivadas. É interessante constatar que sempre buscam uma forma de apresentação que tenha qualidade estética e que seja facilmente entendida pelo público a que se destina. Para alguns dos ativistas, os registros fotográficos que são feitos no dia a dia do Espaço Comum Luiz Estrela têm por objetivo construir a linha do tempo e continuar a história do Estrela; outros fazem esses registros como “corre” profissional. O “corre”, dessa forma, está relacionado ao movimento profissional de se manter financeiramente com o seu trabalho, sem precisar compactuar e ficar refém do mercado de trabalho neoliberal.

É na Reunião Geral que o “corre” no Espaço Comum Luiz Estrela é pautado e deliberado. No caso de recebimento de recursos oriundos do poder público, por exemplo, há sempre a discussão de aceitar ou não o dinheiro, pois há os que se recusam a receber qualquer verba atrelada ao governo, enquanto outros advogam que é obrigatório que o poder público dar apoio financeiro a projetos culturais e a espaços alternativos de cultura.

A Reunião Geral é o espaço/tempo de deliberação de toda e qualquer ação do Espaço Comum Luiz Estrela. Ela se configura como uma convergência de todos os grupos, em que todos os Grupos de Trabalho e Núcleos<sup>2</sup> são convidados a participar, a construir junto a ideia do comum, portanto, um espaço/tempo de construção coletiva. É evidente que sem a participação de todos, ou pelo menos alguns de cada grupo, essa construção fica vulnerável.

A construção coletiva, no Estrela, tem como eixo central a autogestão, havendo um exercício constante para que todos possam e saibam falar sobre a ocupação e seus processos até chegar ao Espaço Comum Luiz Estrela, inclusive o que acontece no seu dia a dia. Isso só é possível se a participação for ativa e dinâmica. É sempre um esforço muito grande e constante para que consigam atuar de forma descentralizada. Esse tipo de participação coloca o diálogo como eixo da construção coletiva e do comum. Sendo assim, as decisões são tomadas após grandes e duradouros debates relacionados ao cotidiano do espaço. Esse processo é complexo porque envolve tensionamentos entre os seus participantes, na relação direta com a construção do comum – que é a premissa do espaço. É constantemente reforçada a importância da representação dos grupos, uma vez que a reunião geral é deliberativa e funciona com participantes dos grupos ou núcleos ou representantes de cada um deles. A participação é fundamental para, inclusive, a continuidade desse tipo de movimento.

Essa é uma forma de organização contemporânea em que os espaços/tempos são construídos a partir e com os movimentos, de forma flexível e onde estão as demandas de atuação de seus ativistas. É uma forma peculiar de organização, acatada e assumida por muitos, mas ainda não totalmente assimilada por outros, que ainda se preocupam com a presença no espaço físico, com a justificativa que há ações que precisam ser realizadas no espaço físico do Estrela. Essa “vida” demandada por alguns se refere à ocupação do espaço físico como mostra de poder sobre o espaço, como forma de conagração entre as pessoas da comunidade que o frequenta e como fonte

---

<sup>2</sup> São vários os grupos e núcleos necessários para um mínimo funcionamento do espaço e construção do conceito e atitude do comum, conforme a proposta dos ativistas.

de movimento próprio de reconhecimento da população em relação ao trabalho cultural que lá se desenvolve.

Os posicionamentos e opiniões são diferentes entre os ativistas do Estrela, no que pese os ativistas terem objetivos comuns, como, por exemplo, ocupar os espaços ociosos da cidade para oferecer à população alternativas de arte, cultura e o seu “correr” fora da perversidade do mercado. O “correr” está relacionado à forma de atuação profissional, sobrevivência, sobretudo de artistas, sem compactuar com o mercado neoliberal.

As discussões giram em torno de todos os assuntos possíveis, desde as questões práticas do dia a dia, como limpeza, até planejamento de ações mais ousadas, como de Hospedagem Criativa.

A Hospedagem Criativa é um espaço/tempo de moradia solidária e alternativa gratuita, em construção, do Espaço Comum Luiz Estrela, para abrigar pessoas que passam pela cidade de Belo Horizonte para o seu “correr”. Essa hospedagem é procurada por artistas alternativos, atores culturais, pessoas que não tem moradia fixa, enfim, pessoas que não têm vínculos com sistemas convencionais de trabalho e nem financiamentos de qualquer origem e têm como filosofia de vida percorrer o mundo. Na medida em que viajam, organizam sua sobrevivência. O Estrela não tem estrutura para moradia, somente para hospedagens rápidas, por isso, há teto máximo de permanência que é combinado com cada hóspede que chega. A contrapartida da hospedagem é individualizada, ou seja, cada hóspede contribui para a construção do Estrela a partir de suas experiências e vivências.

Nem todas as decisões são tomadas em uma mesma Reunião Geral. Sempre que algum participante considerar que é necessário mais tempo para estudar o que está sendo proposto, isso é discutido e, geralmente, o pleito é atendido, visando à participação mais ampla possível.

Essa forma de conduzir os debates está relacionada a uma concepção, de fato, de participação ampla e coletiva em que os sujeitos constroem e reconstróem suas relações cotidianas. O fato de adiar a aprovação para que mais pessoas possam ter acesso e opinar potencializa movimentos como o do Estrela. Isso acontece em coletivos em que os sujeitos têm clareza da concepção de comunidade, uma vez que envolve práticas democráticas complexas, como a

horizontalidade, por exemplo. Esta pode ser entendida como uma nova forma de organização coletiva em que as relações são menos assimétricas e menos níveis hierárquicos.

A construção coletiva é complexa e desafiadora, justamente por ligar com sujeitos e suas relações com o outro e com o contexto. Segundo Mariana (1992, p. 01), “as bases organizacionais da autogestão residem nas assembleias descentralizadas, instâncias máximas de decisão, onde debate-se, reflete-se e decide-se sobre tudo o que se refere ao cotidiano da vida pública”.

O debate é um espaço/tempo de problematizações necessárias para uma construção coletiva que, no caso do Estrela, é a concepção do comum. Esta, exige, entre outras, um fio condutor que é o direito à cidade, bem como acesso aos bens públicos, à moradia, à saúde e à educação. Como os ativistas e integrantes do Estrela têm vivências e experiências das mais diversas, para eles não é novidade em se ter um amplo leque de ideias, concepções e desejos para exercitá-las.

A construção coletiva é complexa, sobretudo. É necessária uma escuta profunda de todos os sujeitos, para que de fato, seja uma construção e não uma imposição. Por vezes é necessária a elaboração de documentos para que as ações possam ser realizadas de forma organizada e possam perdurar por mais tempo. Essa forma de pensar a construção coletiva horizontal e autogestionária vai ao encontro da concepção que a democracia se constrói a partir da participação ampla e efetiva, ou seja, na experiência em fazê-la, e não simplesmente falando ou lendo. Freire (1987) discute a responsabilidade de quem acredita numa organização diferente do modelo tradicional em colocá-la para funcionar de forma responsável e não *laissez-faire*.

### **Algumas considerações**

O Espaço Comum Luiz Estrela apresenta uma ampla diversidade de ações e inovações. Por isso, pesquisar nesse espaço foi um grande aprendizado que continua suscitando reflexões dos pontos de vista social, cultural e econômico. Os exercícios de afastamento e de deslocamento causam incertezas,



inseguranças e tensões trazidas tanto pelos pesquisadores quanto pelos próprios integrantes do Espaço Comum Luiz Estrela, pessoas fundamentais para sustentar o movimento, independente da forma de participação. São pessoas com muita vontade de construção coletiva e que não medem esforços para contribuir com o movimento, com a construção do comum, por mais que seja difícil.

Pode-se dizer que o maior desafio é a construção compartilhada de um espaço em que movimentos sociais e culturais sejam valorizados em sua diversidade, com responsabilidade e compromisso de transformação social.

## Referências

ANJOS, Cláudia R. dos. *Diário de Campo*. Belo Horizonte, 2014.

DEWEY, John. *Experiência e Educação*. Trad. Renata Gaspar. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

MARIANA, F. B. Autogestão. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. Processos artísticos como metodologia de pesquisa. In *ouvirOUver*, Uberlândia, v. 11 n. 1 p. 88-98 jan.|jun. 2015.

STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José. (Orgs). *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed, ver. Amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.